

**AS SENSIBILIDADES DIANTE DA MORTE:
SENTIMENTOS E RELIGIOSIDADES NA SOCIEDADE MARAGOJIPANA NA
TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX ATÉ AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO XX.**

Antonio da Conceição Nascimento

PPG - História Regional e Local – UNEB – Campus V

E-mail: toniziro@yahoo.com.br

Este estudo é a amostra de um trabalho que visa abordar os sentimentos diante da morte no período que implicou na separação legal entre Igreja e Estado, a Primeira República, a partir de uma das primeiras vilas da Bahia, São Bartolomeu de Maragojipe. Apesar da importância econômica e histórica para o Recôncavo por ser o palco principal da produção de farinha de mandioca e de escoamento dessa produção por via marítima, principal rota de comércio para a capital baiana do Recôncavo Sul antes das linhas férreas, poucas produções foram feitas a cerca dessa vila. Assim, esta pesquisa poderá contribuir na medida em que levantar dados a cerca da população, da economia e religiosidade da sociedade de São Bartolomeu de Maragojipe, tendo em vista os documentos a serem utilizados: testamentos e inventários, jornais, atestados de óbito e o cemitério da cidade.

Por agora, vamos nos ater na análise incipiente de parte dessa documentação, alguns túmulos e parte dos testamentos levantados. Para além da materialidade, os túmulos são representações de uma mentalidade que se configura a partir de sentimentos e crenças. Sentimentos dos vivos para com seus mortos, crenças que se apresentam nas frases das lápides, na própria construção dos túmulos e que podem ser evidenciados também nas últimas vontades dispostas nos testamentos. O cruzamento dessas duas fontes pode nos mostrar muito dos sentimentos e religiosidades das pessoas diante da morte.

Como afirmou Alcântara Machado, nos inventários e testamentos é possível perceber sobre os homens do passado, “[...] a concepção que tinham do destino

humano”¹. A hora da escrita do testamento é, na maioria dos casos, uma ação que supõe um pensamento na morte, e alguns motivos funcionavam como avisos de que a morte poderia estar próxima. A velhice ou doença eram as alertas recorrentes. O major Francisco Antonio Bacellar, por exemplo, declara “que por impossibilidade física de escrever” pediu ao Sr. Raimundo Valentino que escrevesse por ele o testamento. A Senhora Antonia Zeferina de Oliveira, encontrava-se enternada na Santa Casa de Misericórdia na ocasião em que dividiu seus bens, o farmacêutico Carbiniano Coelho Bahia, encontrava-se “doente, porém, em perfeito juízo”. O coronel Antonio Felipe de Mello já contava com seus setenta e dois anos quando resolveu dispor suas últimas vontades. O Dr. Juiz de Direito Luiz Batista de Souza de idade já avançada, sessenta e três anos, e sofrendo de tumores resolveu fazer seu testamento.

Ariès ao tratar da “morte prevista” afirma que na idade Média, a partir do século XII, o aviso para a morte

[...] era dado por signos naturais ou, ainda com maior frequência por convicção íntima, mais que por uma premonição sobrenatural ou mágica. Era algo de muito simples e que atravessa as idades, algo que reencontramos ainda em nossos dias, ao menos como uma sobrevivência, no interior das sociedades industriais.²

Se na Idade Média prever a morte independia à idade, em São Bartolomeu de Maragojipe na transição do século XIX para XX, a partir das fontes analisadas podemos afirmar que essa atitude é própria das pessoas mais velhas e muitas vezes doentes. Talvez a análise de outras fontes e um outro viés de pesquisa possa trazer mais informações a respeito desses avisos sobre a morte em que surja como personagens indivíduos de outras faixas etárias.

Mesmo não se referindo à morte como o motivo para a escrita do testamento, o silêncio indica como a morte exerce força sobre o homem. Como afirma Vovelle, o silêncio dos homens diante de sua morte é um “indício tão essencial, como quando eles

¹ MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do bandeirante**. Belo horizonte. Itatiaia, 1980. p. 29.

² ARIÈS, Philippe. **História da Morte no ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 27-28.

produzem, para aprisioná-la, um discurso construído”³. Por se tratar de uma radical ruptura de toda vivência terrena, o apego à memória, expresso nas várias linhas que descrevem a vida social do indivíduo, é uma ferramenta talvez de negação do fim derradeiro.

Na justificativa dada por Francisco Antonio Bacellar, para escrever seu testamento, o major afirma que Deus, “pode de momento chamar-[lhe] a sua presença”. Carbiniano Coelho Bahia, escreve seu testamento às onze horas da noite. Neste caso, não é difícil de imaginar, que o silêncio da noite leve com mais facilidade um homem doente a refletir sobre a morte, e desconfiar de que ela não estaria distante. Esta desconfiança que o levava à espera de um fim próximo, talvez se aplique também aos demais testadores, e, principalmente, ao juiz Luis Batista de Souza, por conta dos tumores de que sofria. Diante da sensibilidade do momento, os sentimentos afloram, e aqueles que de alguma forma foram caridosos ou amigos, não deixam de ser lembrados e devidamente recompensados. Mesmo que muitas vezes estes sentimentos não estejam explícitos, nas entrelinhas das declarações e, principalmente, na divisão dos bens, é possível percebê-los. Assim, os testamentos se constituem registros dos sentimentos daqueles que se sabiam próximos da morte.

Antonia Zeferina dos Santos, solteira e, pelo menos ao que consta no seu testamento e inventário, sem descendentes e/ou parentes, na divisão de seus bens, recompensa àqueles que certamente foram os mais próximos durante sua vida. Deixa, então, para as filhas de Fabiano Gonçalves, Lusía e Geórgia, uma casa à Rua Nova do Comércio, “com a condição de não poderem dispor dela, seja qual for o título, senão depois de sua maior idade”. Fica evidente, que a preocupação da testadora era com a menoridade das meninas, e para precaver-se de que o quinhão fosse usufruído por elas, estabelece essa condição, talvez por acreditar que sendo maiores, as duas meninas pudessem defender melhor o que lhes foi deixado como herança.

A gratidão fica bem presente na divisão dos bens do Farmacêutico Carbiniano Coelho Bahia. Além de dividir entre seus parentes, mãe, irmãos e sobrinhos, o

³ VOVELLE, Michael. **Ideologias e Mentalidades**. 2. Ed. Tradução: Maria Júlia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 138.

farmacêutico afirma que deixa “ao seu cunhado Damião Pereira da Silva, como gratidão aos serviços prestados durante a sua moléstia, a quantia de cem mil reis”.

O coronel Antonio Felipe de Melo, além do quinhão convencionalmente deixado aos herdeiros, deixa à sua “querida filha”, Dona Ana Hora de Melo e Silva, esposa de seu particular amigo Ezequiel Batista da Silva, duas partes da terça de que podia dispor livremente. A outra parte que restara, garante a Palmira de Almeida Galeão filha adotiva de seu primo e particular amigo Manoel de Almeida Galeão, em remuneração aos serviços que por este lhe foram prestados em ocasião de “indispensável necessidade”. A forma como se refere à filha e a seu esposo, demonstra seu laço de afetividade especial com esse casal. Além disso, será esse seu particular amigo e genro Ezequiel quem cuidará de suas exéquias posteriormente.

O Dr. Juiz de direito Luis Batista de Souza, não usa os bens como recompensa para os que lhe eram afetivamente caros, no entanto, quando se refere à parte deixada para seu sobrinho Arlindo Batista Leme, abre um parêntese para exclamar: “pequeníssima lembrança da minha amizade”.

Essa atitude de recompensar aos que foram presentes durante a doença, ou aos que eram alvo de certa afeição, era um costume comum na Bahia oitocentista e muitos desses casos são trazidos por Reis. Segundo ele, o testador, diante da morte, “cuidava tanto em preparar sua morte, quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram próximos”⁴. Na transição do século XIX para o XX, a sociedade maragojipana estava muito mais preocupada em arrumar a vida dos que lhe eram próximos do que com sua morte, a julgar pelos poucos pedidos em relação ao enterramento e missas pela alma.

Se a divisão dos bens era o momento de ser grato e arrumar a vida dos que em vida foram próximos, também constituía uma forma de tentar manter a paz e a harmonia familiar. Essa preocupação foi presente no testamento do Coronel Antonio Felipe de Melo. Após declarar os bens que possuía, o coronel afirma:

⁴ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p.93.

[...] tenho tido o cuidado de assim proceder no intuito de nas partilhas facilitar a divisão de meus bens pelos meus herdeiros, evitando que estes como muitos casos sucede fiquem com domínio de um mesmo bem.

O cuidado do testador tem uma evidente preocupação em evitar brigas entre seus herdeiros, garantindo, assim, a satisfação de todos depois de sua morte. O testador continua direcionando ainda mais o seu pedido:

Peço e rogo portanto ao magistrado que tiver de proceder ao inventário e partilha de meus bens [...] evitar que meus herdeiros sejam aquinharados num só bem mais de um: minha vontade é que seja distribuído a cada um o seu separadamente ou mais de um conforme o seu valor de modo que não haja comunismo entre os herdeiros [...]

A ênfase dada pelo testador a uma divisão sem erros e de forma bem separada dos bens, deixa subtendido que os laços entre seus familiares eram bastante delicados. Isso se explica, talvez, pelo fato de que seus herdeiros eram constituídos dos filhos que tivera antes do casamento e dos que tivera com seu cônjuge.

Se os testamentos revelam preocupações e sentimentos daqueles que se sabiam diante da morte, os túmulos e as lápides dizem muito dos sentimentos dos vivos em relação aos seus entes queridos. As lápides expressam os sentimentos da família, a fé, a religiosidade e a concepção de morte que esta sociedade compartilhava. Vejamos os sentimentos mais recorrentes, expressos no espaço do cemitério, a partir de alguns túmulos da primeira metade do século XX.

No Jazigo perpétuo do capitão Elpidio da Paz Guerreiro, falecido em 1927, está registrada a “lembrança imorredoura de sua inconsolável esposa”. No túmulo de Leopoldina Maria dos Santos que data de 1933 seu filho Antonio Pereira de Souza atribui à sua mãe as qualidades de “pura e santa” e declara sua “eterna e saudoza lembrança”. Para este filho, não foi suficiente seguir a fórmula convencional da maioria das inscrições, como demonstração de seu sentimento e de forma muito mais elaborada, registra: “Esta louza guarda apenas oh! Mai, teus restos mortais! Mas tua alma, pura e santa, transpõe do céu os humbraes”. A mesma atitude foi tomada pela família do Coronel Emílio Alves Peixoto, falecido em 1922 que registra: “Sua memória como a

dos justos transpõe os humbraes do tempo para viver nos corações saudosos de sua esposa , filho, nora e netos”.

Estas inscrições são bem reveladoras do sentimento de inconformidade dos vivos diante da morte de seus entes queridos. A expressão “sentidas lágrimas” da família do coronel Absalão Gonçalves dos Santos dá o tom de tristeza que caracterizam os textos das lápides. Além disso, há uma negação do desaparecimento daquele ente. Como afirma Ribeiro,

A sociedade começou a desenvolver um desejo de eternidade. Tornou-se inaceitável que os seus membros, principalmente aqueles que a encarnavam e com quem ela se identificava mais diretamente, estivessem sujeitos a desaparecer.⁵

Isso é evidente na lápide do Coronel Emílio Alves Peixoto onde se lê “Sua memória [...] transpõe os humbraes do tempo”. Parece haver uma preocupação com o desaparecimento da memória desse falecido, e, nesse sentido, a saída para os familiares é a sobrevivência além de na lembrança e nos sentimentos no enorme túmulo erguida em frente à capela Nossa Senhora da Piedade.

Algumas manifestações de sentimentos extrapolam o âmbito da família do falecido. Nesse caso, podemos destacar o túmulo de Possidonio Fernandes dos Santos. Diferente da maioria, a expressão “jazigo perpétuo” não foi utilizada sendo substituída pela expressão “À memória” certamente por tratar-se de uma homenagem, e “saudosa recordação do povo castroalvense” ao forasteiro que em visita a Maragojipe, sua terra, – por conta dos festejos de 02 de julho – morre nas águas do Paraguassú.

O túmulo do cônego Adolphi J. A Costa Cerqueira, que foi pároco em Maragojipe, merece uma especial atenção pela inscrição da lápide. Toda em latim, ela constitui uma pequena biografia do falecido, informando nascimento, morte, ordenação sacerdotal, tempo em que ficou na paróquia e por último entregando sua alma nas mãos de Deus.

Aparentemente, parece comum uma inscrição em latim numa lápide bem elaborada, em se tratando de um padre. No entanto, se a confrontarmos com a

⁵ RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e identidade:** reformas urbanas e arquitetura cemiterial. Na região cacauera (1880-1950). Ilhéus: Editus, 2005, p.118

simplicidade da lápide do cônego Roberto José da Costa Cerqueira, que falecera em 1920, iremos perceber que isto não era um costume comum para os enterramentos dos padres da cidade. Além disso, enquanto o cônego Roberto José recebe somente a saudade de seus familiares, a lápide do cônego Adolphi J. A Costa Cerqueira, é “Uma homenagem de gratidão e saudade [da] Maragojipe católica”.

Nos dois casos apresentados, de Possidonio Fernandes dos Santos e do cônego Adolphi J. A Costa Cerqueira, é notório que eles ocupavam um espaço na afetividade coletiva. No caso primeiro, da sociedade castroalvensense, e no segundo, da sociedade católica de maragojipe. A lápide do cônego, fora feita 20 anos após a sua morte, o que indica que sua figura ainda permanecia na boa lembrança dos maragojipanos católicos. Como afirma Ribeiro, “As lembranças do morto possibilitam a continuidade da sua presença no mundo dos vivos, de modo que a consciência não consegue pensar o morto como tal e lhe atribui ‘uma certa vida’”.⁶

Além dos sentimentos, nos testamentos podemos encontrar algumas vontades para o funeral daqueles que, diante da morte, de forma sucinta, falam da hora derradeira. Mas antes, vejamos como isso foi escrito ao longo da história. Ariès aponta que em meados do século XVIII na França, a fórmula do testamento, que quase não mudara durante três séculos, sofreu significativas alterações no sentido de diminuição das cláusulas referentes aos pedidos de lugares de enterramento, missas e organização do funeral, que são desejados o mais simples possível. O testador, a partir de então, praticamente abre mão da administração do seu momento último. Em Maragojipe, em fins do século XIX e início do XX, os testamentos apresentam-se dessa forma. Quando se fala sobre o funeral, os testadores dizem:

Major Francisco Antonio Bacellar Meu enterro será feito sem pompa, porém com decência.

Carbiniano Coelho Bahia O meu funeral que seja o mais simples possível

Coronel Antonio Felipe de Melo Quero que o meu enterramento seja feito da maneira mais simples possível

⁶ RIBEIRO, André Luiz Rosa. op. cit. nota 5, p. 125-26.

Segundo Ariès, essa atitude é fruto do sentimento de “confiança do testador em seus herdeiros, na sua família”.⁷ Essa idéia é perfeitamente aplicável a Maragojipe, e isto se revela ainda mais nas declarações de alguns testadores, como o Major Francisco Antonio Bacellar que, tendo escolhido como testamenteiro seu irmão, afirma que em sufrágio de sua alma o seu testamenteiro mandaria dizer algumas missas como melhor entendesse. Da Mata afirma que na sociedade moderna e industrial,

[...] o homem está só diante dos outros homens e de Deus, e será inteiramente responsável por sua ‘salvação’. Não há mais confissão, nem compadrio, nem purgatórios, nem indulgências, rezas ou missas que os outros possam realizar por sua melhoria moral. Em outras palavras, não há nenhuma mediação realizada por meio das relações pessoais, tornando-se diretas as falas dos homens com Deus!⁸

No entanto, as coisas não são tão radicais como parecem para o autor. É perfeitamente possível afirmar que a ausência das cláusulas sobre a morte nos testamentos, pode estar associada com a separação dos ritos fúnebres da Igreja. Mas, não podemos deixar de lado que ainda há uma presença forte da Igreja na “manutenção de alguns elos importantes, como a participação nos funerais, mantendo o controle sobre a extrema unção e a encomendação da alma”⁹, além disso as missas pela alma, mesmo que em menor quantidade ainda constituem um dos elementos do receituário da morte.

O Farmacêutico Carbiniano Coelho Bahia, pede que “sendo possível que haja uma missa de corpo presente”, o Coronel Antonio Felipe de Melo, pede “a todos os [seus] herdeiros caso não seja possível fazer em vida que mandem equitativamente edificar um pequeno mausoléu no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia”. Há um caráter religioso no pedido de missa do farmacêutico Carbiniano, mas a missa já não é mais uma certeza, o próprio testador não a deixa como uma cláusula a ser cumprida, mas como uma possibilidade diante das circunstâncias. Certamente essa já não era uma

⁷ ARIÈS, Philippe. op. cit. nota 2, p. 511.

⁸ MATTA, Roberto da. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997, p. 134.

⁹ RIBEIRO, André Luiz Rosa. op. cit. nota 5, p. 121.

prática tão recorrente, a julgar pela forma como é sugerida. Por outro lado, não podemos afirmar com tanta certeza o caráter religioso em relação ao coronel Antonio Felipe, já que na construção dos túmulos, como afirma Cartoga “trata-se de negociar e de esconder a corrupção do tempo (e do corpo)”¹⁰. Ou seja, o pedido do coronel pode estar ligado muito mais à preservação da memória do que a um ato religioso.

A fé na outra vida é um elemento que as inscrições das lápides mostram com muita clareza. Voltemos ao caso da lápide de Dona Leopoldina Maria dos Santos, o final da inscrição “Mas tua alma, pura e santa, transpõe do céu os humbraes” explicita o destino da alma. A fé no céu fica evidente também no túmulo de Dona Ângela Maria da Silva Guedes, no lugar da rotineira palavra “falecimento” que encontramos na maioria dos túmulos, seus, parentes, colocaram a expressão “transportada ao céu em 05 de outubro de 1928”. O mesmo modelo é também colocado no túmulo de sua filha, a professora Laura Antonia Guedes, que falecera antes, em 1920. A inscrição transmite a idéia de viagem. Como afirma Da Matta, “a morte no Brasil é concebida como uma passagem de um mundo a outro, numa metáfora de *subida* ou *descida*”. Nos casos aqui apresentados, certamente, de subida ao céu.

Os túmulos apresentam certa condição para que a alma goze da morada no céu. A pureza e a justiça são as duas qualidades que mais se apresentam na segunda metade do século XX no Cemitério *Nossa Senhora da Piedade*. Vejamos alguns casos:

Coronel Emílio Alves Peixoto	Sua memória como a do justo...
Leopoldina Maria dos Santos	... tua alma pura e santa ...
Dona Ângela Maria da Silva Guedes	Uma prece pela alma pura e boa que foi a alma dela
Dr. Francisco de Macedo Costa	Preciosa é na presença do Senhor a morte dos justos

Atestar as qualidades de almas puras e justas, além de servir como um pré-requisito para a entrada no paraíso, serve também como um exemplo moral para os vivos. É pertinente salientar a indagação de Da Matta:

¹⁰ CARTOGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Quarteto Editora. Coimbra, 2001, p.43. Na obra o autor chama a atenção para o fato de que os signos funerários, sejam os túmulos ou o próprio cemitério, constituem em níveis visível e invisível, uma totalidade significativa, ou seja, sua compreensão perpassa para uma análise das atitudes humanas, e pelos sentimentos que cultuam diante da morte.

Na família brasileira, poder-se-ia especular se não haveria dentro desta comunidade fechada de vivos e mortos um ‘consumo moral’ de uns pelos outros, que seria função de uma teia imperativa e imortal de relações sociais.¹¹

Esse “consumo moral” apresentado por Da Matta acontece nas visitas ao cemitério que passam a fazer parte do ritual das relações do homem com a morte, a partir do século XVIII.

Apesar da religiosidade e das manifestações de fé na outra vida, que se apresentam em alguns túmulos da primeira metade do século XX, expressas nos símbolos sagrados, a exemplo, da presença de alguns santos católicos intercessores, podemos afirmar que há uma nítida diminuição do uso de símbolos da fé e da religiosidade católica no espaço do cemitério. O sentimento familiar expresso no final da lápide, também começa a desaparecer de forma mais personalizada. No lugar lê-se repetidas vezes a frase pronta “saudosos recordação”. Ainda não podemos afirmar se esta atitude é uma mudança de comportamento diante da morte. Mas com o aprofundamento da pesquisa e principalmente a partir da análise da totalidade da documentação disponível será possível fazer ou não esta constatação, além de perceber até que ponto a laicização do Estado com a separação entre Igreja e Estado interferiu de maneira direta na religiosidade, nos sentimentos e comportamentos diante da morte.

Referência Bibliográfica

AGOSTINHO, Santo. **O cuidado devido aos mortos**. São Paulo: Paulinas, 1990.

ALENCASTRO, Luis Felipe de (Organizador). **História da Vida Privada no Brasil**. Império: A Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte**. 2. ed. Tradução: Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. v. 2.

_____. **História da Morte no ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

¹¹ MATTA, Roberto da. op. cit. nota 8, p. 144-45.

CARTOGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Trad. Maria Manoela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente, 1300-1800**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

LÊ GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial. Na região cacauzeira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.

VOVELLE, Michael. **Ideologias e Mentalidades**. 2. ed. Tradução: Maria Júlia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991.